

Um
mundo de
oportunidades

Volume 14
2026

AGRO INSIGHT



Institucional

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

IRAJÁ REZENDE DE LACERDA

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RUA

Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADEIRO

Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS ERNESTO AUGUSTIN

Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR

Coordenação-Geral de Gestão dos Adidos Agrícolas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 300

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2821 e-mail: divulgacao.scri@agro.gov.br

Editorial:

Priscilla Burmann

João Huguenin

Coordenação:

Luís Rua

Augusto Billi

Carolina Eufemia Aquino de Sá

Ângela Pimenta Peres

Jennifer Santos Costa

Jenny Silva Brito

Equipe técnica:

Rodrigo Lopes de Almeida

Eduardo Sampaio Marques

José Guilherme Tollstadius Leal

Caio César Simão

Luciana Pich Gomes

Juçara Aparecida André Dokonal

Daniela de Moraes Aviani

Silvio Luiz Rodrigues Testaseca

Glauco Bertoldo

Nilton Antônio de Moraes

Paulo Márcio Mendonça de Araújo

Rodrigo do Espírito Santo Padovani

Leandro Diamantino Feijó

Jean Felipe Celestino Gouhie

Clóvis Augusto Versalli Serafini

Ricardo Zanatta Machado

Priscila Rech Pinto Moser

Rafael Mohana de Carvalho Refosco

Vanessa Medeiros de Jesus

Ana Lúcia de Paula Viana

Fabiana Villa Alves

Virgínia Arantes Ferreira Carpi

Ângelo de Queiroz Maurício

Bruno Cavalheiro Breitenbach

Marlos Schuck Vicenzi

Fernanda Vanessa Mascarenhas

Magalhães

Marco Aurélio Pavarino

Dalci de Jesus Bagolin

Ellen Elizabeth Laurindo

Adriane Reis Cruvinel

Frederique Rosa e Abreu

Warley Efreim Campos

Márcio Rezende Evaristo Carlos

Marco Túlio Santiago

Luiz Cláudio de Santana e Caruso

Rafael D'Aquino Mafra

Ana Carolina Miranda Lamy

Diego Leonardo Rodrigues

Marcelo Cláudio Pereira

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.gov.br/agricultura).

Catálogo na Fonte

Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

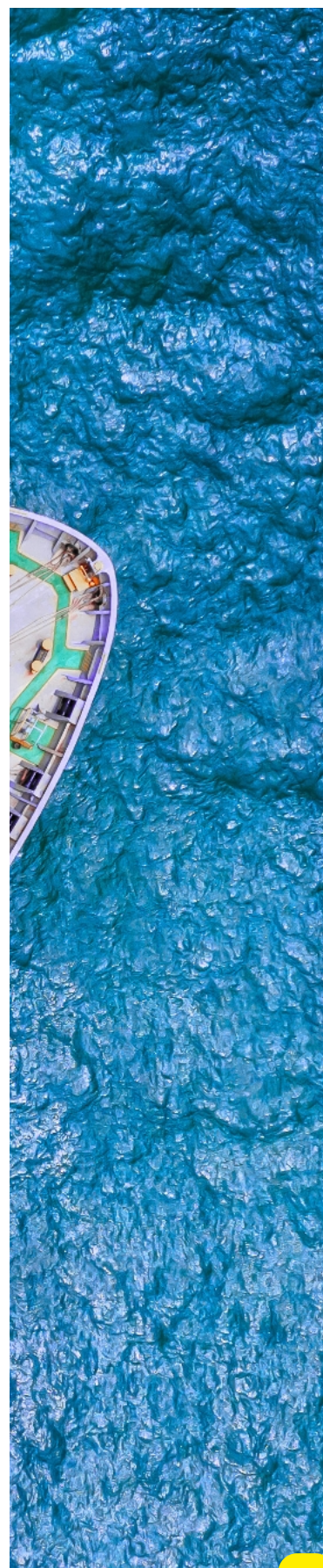
Resumo

O AgrolInsight nasce do compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária com o fortalecimento da presença do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Desenvolvido pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), com apoio dos adidos agrícolas presentes em 38 países, o material reúne análises estratégicas e oportunidades de negócios para produtores, exportadores e associações setoriais que buscam crescer de forma competitiva e sustentável.

Com base nas diretrizes do ministro Carlos Fávaro e sob a liderança do secretário Luis Rua, o AgrolInsight é resultado do esforço de uma equipe dedicada que acredita no potencial do Brasil como potência agroexportadora.

Este relatório é mais do que um compilado de dados — é uma ponte entre o agro brasileiro e o mundo.





WTO OMC

DIÁLOGO SOBRE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA OMC

Data: 13/02/2026

Posto: Genebra/Suíça - OMC

Palavras-chave: Agricultura Sustentável. Comércio. Multilateralismo.

Responsável: Andréa Figueiredo Procópio de Moura

SUMÁRIO:

Nos últimos anos, temas ambientais passaram a influenciar cada vez mais as regras do comércio internacional. Muitos países têm criado exigências com esse objetivo, mas nem sempre de forma equilibrada. Quando isso ocorre, essas medidas podem acabar funcionando como barreiras comerciais e dificultar a participação de produtores, sobretudo de países em desenvolvimento. Nesse cenário, o Brasil tem atuado na Organização Mundial do Comércio (OMC) para ampliar o diálogo internacional sobre agricultura sustentável, defendendo regras claras, baseadas em ciência e construídas coletivamente. A estratégia busca reduzir distorções, fortalecer a imagem do país e contribuir para um comércio mais equilibrado e sustentável.

Contexto Geral

A pauta de sustentabilidade tornou-se um dos temas centrais das discussões envolvendo produção de alimentos. Há consenso de que é preciso produzir mais e melhor, preservar recursos naturais e, ao mesmo tempo, garantir renda e inclusão no campo. O desafio está em como fazer essa transição de maneira justa e equilibrada.

Nos últimos anos, diversos países passaram a adotar regras ambientais com impacto direto no comércio. Embora muitas dessas iniciativas tenham motivações legítimas, algumas podem gerar custos elevados de adaptação, criar padrões diferentes entre mercados e ampliar desigualdades entre nações. Existe o risco de que a sustentabilidade seja tratada de forma limitada, focando apenas no aspecto ambiental e deixando de lado dimensões sociais e econômicas igualmente importantes.

Um exemplo recente desse tipo de medida é o Regulamento Europeu de Produtos Livres de Desmatamento (EUDR). A norma busca assegurar que determinados produtos comercializados no mercado europeu não estejam associados ao desmatamento. Apesar da intenção legítima, a norma, foi adotada de forma unilateral, arbitrária, desconsiderando as legislações nacionais e impondo exigências e custos desproporcionais a produtores e exportadores de países em desenvolvimento, distorcendo claramente o mercado.

Diante disso, o Brasil tem defendido na OMC a importância de um diálogo estruturado que concilie proteção ambiental, segurança alimentar e previsibilidade comercial. A proposta é que a transição para sistemas produtivos mais sustentáveis ocorra com base em ciência, transparência e cooperação internacional.

Comércio e segurança alimentar

O comércio internacional tem papel fundamental na oferta global de alimentos. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) mostram que o valor do comércio mundial de alimentos mais que dobrou nas últimas décadas. Isso permite que regiões com excedente de produção forneçam seus produtos para áreas com déficit, contribuindo para a estabilidade do abastecimento e para a segurança alimentar.

Entretanto, o setor agrícola ainda convive com distorções expressivas. Os subsídios agrícolas praticados globalmente afetam preços e produção ao mesmo tempo que medidas não tarifárias costumam incidir com maior intensidade sobre produtos agropecuários do que sobre bens industriais. Nesse contexto, políticas de caráter ambiental com efeitos comerciais precisam ser cuidadosamente delineadas para não gerar custos excessivos ou transferir encargos para produtores de outros países, prejudicando o comércio internacional e acentuando a insegurança alimentar. É, portanto, crucial que esse debate possua uma abordagem equilibrada, pautado nas regras multilaterais acordadas, seja ancorado em evidências e baseado em ciência.

O papel estratégico da OMC

É nesse ponto que se evidencia o papel estratégico da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Organização se constitui o principal fórum internacional para o debate de mecanismos capazes de assegurar que políticas domésticas sejam implementadas de maneira compatível com as regras multilaterais e não se convertam em barreiras arbitrárias ao comércio. Mais do que um espaço voltado à negociação de acordos, a OMC funciona como fórum de diálogo, transparência e cooperação entre países.

Por meio de seus comitês e mecanismos institucionais, os governos podem apresentar medidas, esclarecer metodologias, trocar informações e prevenir controvérsias antes que se transformem em disputas formais. Em um contexto no qual a sustentabilidade pode, por vezes, ser utilizada de maneira equivocada como justificativa para medidas de caráter protecionista, o fortalecimento da OMC como espaço de coordenação e cooperação torna-se essencial para assegurar que objetivos ambientais legítimos avancem em sintonia com a segurança alimentar, o desenvolvimento e a previsibilidade comercial. Para o Brasil, fortalecer a Organização significa não apenas garantir maior previsibilidade, evitar fragmentação regulatória e promover soluções coletivas, mas também contribuir para a construção de um sistema agrícola global mais equilibrado, estável e inclusivo.

Diálogo sobre Agricultura Sustentável no âmbito da OMC

Ainda não existe um acordo específico sobre sustentabilidade na OMC. Entretanto, o tema está presente em diversos fóruns e comitês da Organização, o que reflete sua natureza transversal e a forte interconexão entre comércio, agricultura, meio ambiente e desenvolvimento. O Comitê de Comércio e Meio Ambiente ilustra bem essa dinâmica ao examinar de que maneira políticas ambientais podem ser implementadas sem resultar em discriminação ou em restrições indevidas ao comércio, buscando conciliar objetivos legítimos de proteção ambiental com a preservação de condições equitativas de concorrência.

Nos últimos anos, iniciativas como as Discussões Estruturadas sobre Comércio e Sustentabilidade Ambiental ampliaram o espaço para cooperação voluntária entre países interessados em aprofundar o diálogo sobre temas emergentes, entre eles bens e serviços ambientais, economia circular e subsídios associados à transição para economias de baixo carbono. Esses processos têm contribuído para qualificar o debate e para aproximar diferentes perspectivas, permitindo que os Membros explorem caminhos comuns mesmo diante de realidades produtivas e níveis de desenvolvimento distintos.

O Brasil tem muito a contribuir com esse debate e por isso tem participado ativamente dessas discussões, buscando inserir a agricultura de maneira mais estruturada na agenda de sustentabilidade na OMC, com o objetivo de fortalecer a coerência entre políticas comerciais e ambientais, sempre respeitando as especificidades dos sistemas produtivos nacionais e a base normativa do sistema multilateral de comércio.

Como parte desse esforço, por iniciativa brasileira, foi realizado em maio de 2025, na sede da Organização, um retiro dedicado à agricultura sustentável no sistema multilateral de comércio, que reuniu cerca de 130 delegações e contou com a participação de organismos internacionais como a FAO e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O encontro foi organizado em sessões plenárias e grupos temáticos conduzidos por facilitadores, favorecendo trocas substantivas e diálogo técnico qualificado. Na sequência desse processo, em setembro de 2025, foi promovido novo workshop sobre comércio agrícola, também organizado pelo Brasil, no âmbito do Diálogo sobre Agricultura Sustentável no Sistema Multilateral de Comércio, consolidando a iniciativa como espaço contínuo de reflexão e cooperação entre os Membros.



Imagem 1. Retiro sobre Agricultura Sustentável no Sistema Multilateral de Comércio, 5 a 6 de maio de 2025 – Fonte: OMC

Desde então, o país permanece ativamente engajado nessa agenda e, mais recentemente, passou a liderar, ao lado de Austrália e Suíça, um diálogo estruturado sobre temas emergentes do comércio agrícola com foco em agricultura sustentável. A iniciativa propõe um exercício informal conduzido pelos próprios Membros, desvinculado de um comitê específico da OMC e conectado diretamente ao Conselho Geral, com a finalidade de oferecer um espaço organizado para a troca de experiências, o debate de divergências e a identificação de possíveis convergências. A expectativa é que a construção gradual de entendimentos entre os Membros sobre questões relacionadas à agricultura sustentável possa servir de insumo para os trabalhos dos comitês e demais fóruns da Organização e, eventualmente, alimentar as discussões de um futuro acordo.

Mais do que responder a demandas externas, o Brasil encontra-se em posição de contribuir de forma propositiva para a definição de parâmetros globais mais equilibrados. Ao compartilhar sua experiência concreta na adoção de práticas sustentáveis, coordenar esforços voltados à convergência de abordagens e defender uma atuação orientada pela ciência, pela transparência e pela não discriminação, o país evidencia que a sustentabilidade, quando incorporada de maneira consistente e equilibrada em suas três dimensões - ambiental, econômica e social - deixa de ser percebida como obstáculo ao comércio e passa a constituir um ativo estratégico capaz de fortalecer a competitividade, ampliar a credibilidade internacional e promover o desenvolvimento sustentável no longo prazo.

Ao sustentar na OMC uma abordagem ancorada nesses princípios, o Brasil não apenas resguarda seus interesses comerciais imediatos, mas também contribui para preservar o sistema multilateral como espaço legítimo, previsível e inclusivo de governança da transição sustentável.

Conclusão

A transição para sistemas produtivos cada vez mais sustentáveis é um desafio global inevitável. O modo como esse processo será conduzido determinará se os resultados serão inclusivos e equilibrados ou se gerarão novas desigualdades.

O Brasil possui condições de contribuir com esse debate e de liderar pelo exemplo. Ao combinar um arcabouço normativo robusto, políticas públicas de incentivo à adoção de práticas sustentáveis, apoio contínuo da pesquisa e inovação, o país vem alcançando ganhos expressivos de produtividade, sem expansão proporcional da área produtiva, reduzindo a pressão sobre os seus recursos naturais. Uma demonstração inequívoca de que crescimento agrícola e sustentabilidade não são assuntos concorrentes, mas convergentes.

A participação brasileira nas discussões envolvendo agricultura sustentável e comércio internacional na OMC representa uma grande oportunidade de o país reafirmar a sustentabilidade de sua produção agrícola e pecuária e melhorar a sua imagem no cenário internacional.

Ao atuar na OMC em defesa de regras transparentes e baseadas em evidências, o país busca também garantir condições justas para seus produtores, contribuir para a segurança alimentar mundial e fortalecer o sistema multilateral como espaço legítimo de diálogo internacional.